

UMA PARCERIA PARA O CAOS:

A ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Jonatan Rafael de SOUZA MELLO ¹

RESUMO¹

Este artigo tem por finalidade analisar de maneira concisa as relações políticas e econômicas internas, e externas da Era Vargas. Partindo destas análises, este trabalho visa entender as relações econômicas e políticas brasileiras de importação e exportação, atendo-se principalmente em países como os Estados Unidos da América (EUA) e a Alemanha. As análises presentes neste estudo pretendem entender o alinhamento do Brasil com EUA nos tempos de guerra total, e como aspectos econômicos, políticos e um conflito global direcionaram a aliança brasileira com os aliados, culminando na entrada definitiva do Brasil no conflito.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil. Relações diplomáticas. Segunda Guerra Mundial.

Introdução

Não é surpresa para nenhum historiador que analisa a Era Vargas a simpatia do governo brasileiro por modelos fascistas de Estado, principalmente após o golpe de 1937. Parte do Exército brasileiro era pró-Eixo; destes é possível destacar a presença de figuras altamente influentes no período como o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da guerra, e o chefe do Estado-Maior do Exército general Góes Monteiro (OLIVEIRA, *on line*, p. 06). Se os principais estados fascistas, Itália e Alemanha, eram os pilares do Eixo na Segunda Guerra Mundial, quais foram os motivos para que o Brasil do ditador Getúlio Vargas se alinhasse com os aliados no perpasso do colossal conflito? O intuito deste artigo é justamente tentar responder esta questão. Dos autores que trabalham com a Era Vargas e atentam-se para a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial podemos destacar Roberto Gambini (1977). Sua tese aponta o surto de industrialização brasileira no período como resultado de um momento de crise mundial e não de um planejamento interno.

¹ 1 Graduado em História - FIRA-Faculdades Integradas Regionais de Avaré-Avaré-SP-Brasil –

Segundo esse autor, momentos de crises globais ou guerras mundiais promovem lacunas na relação de poder entre metrópoles e satélites – termos por ele mesmo utilizados. Esses² momentos de afrouxamento nos laços de poder permitem que os países satélites façam reivindicações e tentem desenvolver uma economia mais autônoma.

Neste processo Gambini (1977) enfatiza a dependência brasileira do setor agroexportador e como este é submetido aos mercados metropolitanos (países industrializados), privilegiando a economia das metrópoles e beneficiando apenas um seleto grupo de produtores nos países satélites. Contudo, Gambini (1977) expõe que a centralização política propiciou a Vargas uma esfera de atuação maior no mercado externo para conseguir alcançar as metas de dois setores da sociedade que amparavam o governo: as armas para os militares e a garantia de mercados para as produções agroexportadoras brasileiras. Em sua tese o autor conclui que o alinhamento brasileiro como país satélite à economia norte americana (metrópole) – e na medida em que os norte-americanos atendiam às exigências das classes que davam sustentação política para o governo – crescia, tal relação colaborou para o ataque dos submarinos alemães aos navios brasileiros, e, conseqüentemente, a declaração de guerra brasileira.

Vagner Camilo Alves (2002), um estudioso que trabalha especificamente a entrada do Brasil no conflito, define o surto de industrialização brasileira na década de 1930 como resultado da catástrofe econômica que atingiu o globo e afirma que a economia brasileira continuou, em todo período aqui abordado, como dependente de potências industrializadas.

Segundo Alves (2002), a autonomia de um país subdesenvolvido é subordinada ao grau de emancipação que as nações desenvolvidas permitem. Contudo, em uma conjuntura de guerra ou crise global, as nações subdesenvolvidas possuem um leque maior de liberdade e autonomia nas barganhas. No período em que o Brasil, por impulsos externos, goza restrita liberdade administrativa, o país barganha com potências de distintos projetos de desenvolvimento: Alemanha, com um caráter comercial dinâmico, preparando-se para um possível conflito de consideráveis proporções, e os Estados Unidos, com um projeto de longo prazo, visando enraizar sua hegemonia na América Latina.

O autor explica o envolvimento do Brasil na guerra por meio da economia e da dependência brasileira do mercado norte-americano; contudo, sua tese transcende as

² 1 Graduado em História - FIRA-Faculdades Integradas Regionais de Avaré-Avaré-SP-Brasil –

questões estritamente econômicas e fundamentalmente define que a guerra mundial irrevogavelmente trouxe o Brasil junto ao bloco de poder dos Aliados. A guerra travada pelas nações industrializadas do globo fez com que as barreiras geográficas fossem rompidas, e num cenário de guerra total, o envolvimento direto ou indireto no conflito torna-se quase natural. Alves (2002) não exclui o mérito das forças nacionais que conseguiram obter ganho alinhando-se aos aliados. Visto isso, o autor conclui que a debilidade econômica e militar brasileira num período em que a capacidade marcial definia os comandantes e os ordinários forçou para que o país fosse envolvido diretamente no conflito.

Gerson Moura (2012) não ostenta como principal objeto de estudo a entrada do Brasil no conflito, mas analisa a política diplomática do país neste período. Moura define que um país médio como o Brasil possuía um certo grau de ação, desde que não ultrapassasse os limites traçados pelas nações desenvolvidas, e destaca a centralização política necessárias para tais reivindicações brasileiras no período. O autor conclui que a dependência brasileira frente à economia norte-americana fez com que o Brasil definisse seu lado ao entrar no conflito. Contudo, Moura (2012) ainda explana sobre as forças conflitantes no seio da sociedade brasileira frente ao titânico conflito que estava se formando no globo antes que o Brasil estreitasse seu alinhamento e como tais forças auxiliaram, em certa medida, e, em outras, retardaram o tempo para que as exigências brasileiras para com os lados conflitantes fossem atendidas.

A presente pesquisa aproxima-se mais do trabalho de Alves (2002) do que dos demais autores. O argumento de guerra global por Alves (2002) abordado é de fundamental importância no presente estudo para entender as ações brasileiras nos tempos de conflito. Este argumento não é utilizado por Ganbini (1977), e acanhadamente adotado por Moura (2012). O presente estudo, embora se aproxime da obra de Alves (2002), aborda questões internas dos grupos que amparavam o governo Vargas, explicadas por Moura (2012). Esta pesquisa se diferencia de todos os trabalhos acima citados apenas quando apontar a importância da aclamação popular para que o Brasil entrasse no conflito; tais constatações derivam do trabalho de Santos (2006).

Breve explanação sobre o mundo antes do conflito

A década que antecede a Segunda Guerra Mundial foi uma década de extremos. A quebra da bolsa de valores de New York em 1929 fez com que a década de 1930 mergulhasse em uma crise sem precedentes no sistema capitalista. (HOBSEAWM, 1995).

Como dominó, uma a uma as potências do mundo foram caindo; os países manufatureiros reduziram suas produções e, ainda assim, dificilmente encontravam mercados para seus produtos. Países produtores de matéria-prima também protegiam-se da maneira que podiam, favorecendo indústrias nacionais e suas produções oriundas do campesinato – produções estas, muitas vezes compradas por seus próprios estados. Uma das formas encontradas para prover a proteção de seus mercados foi criação de fortes barreiras alfandegárias (THOMPSON, 1976).

As condições econômicas posteriores à Grande Guerra, principalmente na década de 20 do século passado, foram de relativa prosperidade e qualidade de vida, principalmente nos Estados Unidos (THOMPSON, 1976). Entretanto, após 1929, o globo, ou melhor, a parte industrializada do globo, sofreu graves lesões, causando, também, sérias consequências para os países de capitalismo dependente. Empresas faliram da noite para o dia; investimentos foram perdidos mais rápidos que o próprio "Hermes"; os empréstimos internacionais caíram cerca de 90%; as poupanças particulares evaporaram-se no ar, criando um vácuo no capital útil de investimentos empresariais; unidades monetárias de algumas nações do globo foram reduzidas a valores absurdos (HOBSBAWM, 1995).

Nações do mundo todo, tanto desenvolvidas como subdesenvolvidas, faziam esforços titânicos para resguardar seus mercados do truculento *tsunami* que se tornou a economia mundial, sendo estas forçadas, algumas vezes, a recorrer ao “escambo”, assunto que será discutido posteriormente. (ALVES, 2002). O desemprego e a fome assombraram as populações mais carentes. As empresas, quando não falidas, despediam batalhões de trabalhadores todos os dias para que, mesmo com a redução na produção, pudessem se manter no mercado.

Em um período em que a política basicamente se resumia entre liberais e socialistas, o fascismo virou a opção mais viável para as classes médias e elites de diversos países que temiam a perda de suas posses. O fracasso do liberalismo fez surgir nos liberais um medo constante de uma revolução social da esquerda, e a histeria progressivamente aumentava na medida em que seus Estados não ofereciam soluções para as necessidades econômicas do povo (THOMPSON, 1976).

Veteranos da Primeira Grande Guerra Mundial encontravam-se abandonados por seus respectivos estados. Homens muitas vezes mutilados tanto fisicamente quanto psicologicamente, desamparados pelo estado, sem condições de concorrer no mercado de trabalho, (as economias dos países envolvidos na Primeira Guerra Mundial não

apresentavam, após esta, o mesmo grau de desenvolvimento precedente ao conflito, com exceção dos Estados Unidos, que despontou no período como uma das maiores potências do mundo capitalista) eram frequentes nos primeiros anos do entre guerras. A penúria dos ex-combatentes e da população dos países europeus envolvidos na Primeira Guerra Mundial fez com que principalmente ex-combatentes procurassem amparo em qualquer grupo ou partido político que oferecesse a estes homens melhores condições de existência, honrando seus serviços prestados no campo de batalha (FERRAZ, 2008).

Os veteranos nos EUA manifestaram seu descontentamento por meio de manifestações populares; destaca-se como exemplo a Marcha para Washington em 1932 (FERRAZ, 2008). Na Europa a participação direta dos veteranos de guerra na política é mais cândida e direta. Países como França, Inglaterra, Itália e Alemanha tiveram veteranos mais atuantes na política (HOBSBAWM, 1995).

O caos do entre-guerra foi piorado por conta da crise de 1929; esta potencializou movimentos fascistas similares aos que já existiam na Itália de Benito Mussolini desde 1922. Com Estados fortes e economias centralizadas – como quase todos os Estados após a grande crise –, os movimentos fascistas também contavam com grandes propagandas de Estado, contribuindo, por via destas, para grandes manifestações de massa. O fascismo extirpou a insignificância dos homens, fruto da modernidade, gerando gigantesca manifestações populares de cunho nacionalista. Como dizia Hitler, líder do partido nazista em seu livro *Mein Kampf*, “[...] às formidáveis demonstrações coletivas, àqueles cortejos de centenas de milhares de homens, perante os quais os indivíduos se julgavam mesquinhos vermes, mas, não obstante isso, orgulhavam-se de pertencer à gigantesca organização [...]” (HITLER, on-line, pp. 437-438). “O fascismo e, a muito respeito também o comunismo, pareciam conter um profundo apelo, em certas condições, ao ‘homem pequeno’ da civilização moderna” (THOMPSON, 1976, p. 116).

Após grande parte das potências industrializadas resolverem seus problemas internos mais drásticos, veio sobre estas a necessidade de solucionar os impasses comerciais de seus mercados externos. A dificuldade em adquirir matéria-prima era um problema gritante, já que as barreiras alfandegárias inviabilizavam negociações plácidas. Contudo, havia também uma dificuldade descomunal dos mercados, principalmente os industrializados, em escoar os excedentes de suas produções. Nações como Grã-Bretanha e França, que possuíam moedas fortes e colônias, conseguiram amenizar as turbulências da crise (MOURA, 2012). Países como a Alemanha tiveram grandes dificuldades em adquirir matéria-prima, já que suas possessões foram espoliadas no final da Primeira

Guerra. De vinte e cinco matérias-primas essenciais para uma nação industrial moderna, os germânicos eram autossuficientes em apenas quatro (MÉSPLER, 1989). Dificuldades como estas levaram a Alemanha a tentar ampliar seu comércio na América do Sul, tornando-se, na segunda metade da década de 1930, uma grande aliada do comércio internacional brasileiro, fazendo com que, já em 1935, o Brasil se posicionasse como o maior parceiro comercial do terceiro Reich, posto antes ocupado pela Argentina (ALVES, 2002).

Tanto Roosevelt nos EUA quanto Hitler na Alemanha alçaram ao poder de seus respectivos Estados em 1933; ambos desenvolveram distintos projetos de governo para recuperarem suas economias projetando também o futuro de suas nações. A Alemanha, sob a tutela de Adolf Hitler e seu partido, visava estabelecer a honra alemã, ultrajada após a Primeira Guerra. O partido nazista planejava fazer da Alemanha uma grande “metrópole” economicamente desenvolvida com países satélites fornecedores de matérias-primas, os nazistas pretendiam recuperar o prestigioso império alemão que vigorou antes de 1914 (HOBSBAWM, 1995). Cientes dos riscos de tentar edificar um império, principalmente após as imposições feitas pelos aliados aos alemães depois do término da Primeira Guerra, os germânicos elaboraram planos para recuperarem sua débil economia. Nesses planos os alemães visavam relações econômicas dinâmicas com países produtores de matéria-prima, dos quais destaca-se o Brasil, aglutinando o máximo de recursos possíveis para responder em alto nível bélico qualquer restrição que os aliados da Primeira Grande Guerra pudessem elaborar (ALVES, 2002).

Diferente do dinâmico plano alemão, os EUA portavam planos de projeções a longo prazo. Entre estes planos está a Política da Boa Vizinhança. A Política da Boa Vizinhança foi um projeto estadunidense que visava à conquista de livres comércios na América Latina sem as costumeiras intervenções militares do século XIX (HOBSBAWM, 2015). Das buliçosas trilhas que as análises da Política da Boa Vizinhança podem levar, o caráter comercial e político desta é o que interessa a esta pesquisa. Como já foi citado no presente estudo, as altas barreiras alfandegárias foram uma medida quase unânime para que os países do globo se defendessem da crise. Porém, os Estados Unidos, com sua “Política da Boa Vizinhança”, pretendiam adotar o livre comércio com os países americanos. Obviamente, o livre comércio só era exercido com produtos que não fizessem concorrência com os produzidos nos EUA e que fossem necessários para as atividades industriais do mesmo (MOURA, 2012). Os “*yankees*”

tentavam perfilar o mercado das repúblicas latino-americanas, retirando-os o máximo possível da direção europeia, apontando-os cada vez mais para o norte das Américas.

Os projetos mais visados pela Política da Boa Vizinhança eram investimentos que pretendiam restaurar as economias latino-americanas. O plano não saiu do papel apenas para ‘ajudar os honrados vizinhos latinos americanos’, mas sim para que as mercadorias industrializadas entrassem livremente nos países que se defendiam por meio de barreiras alfandegárias. Primeiro era necessário investir nessas economias, pois, do contrário, os contratos de livre comércio não necessariamente implicariam que as populações de economias quebradas consumiriam todos os produtos presentes em seu mercado. Vale ressaltar que o projeto norte-americano almejava fazer das Américas um grande bloco comercial tendo-os como centro industrial. Assim a América Latina ampliaria os horizontes de investimentos do capital norte-americano, garantindo o consumo das mercadorias produzidas, diferenciando, neste aspeto, das circunstâncias que levaram à crise de 1929 (GAMBINI, 1977).

A relação brasileira com a Alemanha e os Estados Unidos e a entrada do Brasil no conflito

As conjunturas políticas e sociais da Primeira República brasileira desencadearam vultosos desarranjos sociais, especialmente no perpasso dos anos de 1920. A chamada “República Velha” oferecia pouca representatividade a vários setores da sociedade, excluindo também importantes setores das elites nacionais do jogo político; exemplo plausível a se utilizar são os estancieiros do Rio Grande do Sul. (LOVE, *apud* FAUSTO, 2000). Entre os grupos com minguadas expressividades políticas, além das elites excluídas, podemos apontar a classe trabalhadora em ascendência, o exército, elites eclesiásticas, e a classes médias urbanas (DEAN, *apud* FAUSTO, 2000).

Os desarranjos dos grupos excluídos ou negligenciados pelo Estado, em conjunto com a crise de 1929, foi um golpe fatal num sistema político agonizante, dando início à chamada Era Vargas.

Em 1930 Getúlio Vargas é alçado ao poder, dando início a um período que perdurou quinze anos, de 1930 a 1945. O governo regente após o movimento Outubrista (movimento que alça Vargas ao poder) priorizou inicialmente proteger a economia nacional da crise que assombrava a economia mundial e acalmar os grupos que reivindicavam melhores posições políticas, assim como minimizar as discrepâncias sociais. O movimento que edificou Vargas em 1930 não pode ser caracterizado como um movimento coeso, mas sim o inverso, os Outubristas congregavam vários grupos

distintos, com diferentes formas de pensar a economia, a sociedade e com uma pluralidade colossal em reivindicações políticas. O laço que atava estes grupos ao movimento Outubrista era o profundo descontentamento com o antigo sistema político. Os indícios ecléticos do movimento não descartam a existência de grupos politicamente mais vigorosos dentro do mesmo. Os tenentes (grupo que também não possuía unanimidade ideológica) destacavam-se num projeto de governo nacional, projeto este que visava à edificação de um Estado forte, controlador, que priorizasse o civismo, o desenvolvimento das forças armadas e o fomento à indústria (FAUSTO, *apud* PANDOLFI, 1999). Após a “revolução” é possível interpretar que alguns grupos compostos por militares se destacaram mais que outros. Esses grupos, em conjunto com parte da direita católica e intelectuais, apresentaram projetos a longo prazo, com características centralizadoras e autoritárias, como aponta Boris Fausto sobre Gois Monteiro: “Góes vislumbra em Atatürk um exemplo a ser seguido, como construtor da nação turca, colocando-o ao lado de outras figuras como Mussolini e mesmo Lenin, apesar de sua crítica implacável ao comunismo” (FAUSTO, *apud* PANDOLFI, 1999, pp. 18-19).

Muito se discute sobre as características do período em que Vargas esteve à frente do poder. Nos quinze anos de seu governo, as diretrizes governamentais portaram três características substancialmente diferentes. São estas o Governo Provisório (1930-1934), período em que o governo além de rigorosamente centralizar a economia, visava aclamar camadas da sociedade descontentes com o antigo regime político; Governo Constitucional (1935-1937), com Getúlio sendo eleito por via indireta, a constituição outorgada no mesmo ano conciliava elementos autoritários e liberais, (os aspectos liberais da nova constituinte agradou dentro das elites agrárias, os latifundiários paulistas, que dois anos antes fomentaram uma insurreição armada em seu estado); e o Estado Novo (1937-1945), período em que o governo, de maneira evidente, assume características de ditadura, priorizando o projeto dos grupos militares que visavam ao fortalecimento das forças armadas (DINIZ, *apud* PANDOLFI, 1999).

A terceira fase da Era Vargas merece um pouco mais de destaque, pois, para o sucesso do plano varguista, para edificar um estado totalitário, este usa os comunistas como ‘bodes expiatórios’, aproveitando-se do anticomunismo existente entre as massas. Também outros grupos característicos desse período manifestavam aversão ao comunismo, são estes: católicos, liberais e principalmente os integralistas (os comunistas também não eram amistosos para com estes) (SKIDMORE, 1982).

Os comunistas, que desde a década de 1920 já causavam preocupação às

autoridades eclesiásticas e ao Estado, em 1935 executam um plano fracassado de tomada do poder (OLIVEIRA ROSA, 2011). A assim chamada ‘Intentona Comunista’ foi, e ainda o é, a maior fonte de propaganda anticomunista das forças armadas brasileira, colaborando para a histeria coletiva no imaginário conservador de alguns grupos (MOTTA, 2000). Para impor uma ditadura em território nacional, Vargas organiza um plano que visava aproveitar-se deste estado de histeria anticomunista para engendrar definitivamente um governo com fortes traços totalitários (SKIDMORE, 1982). Eis um período importante, pois no Estado Novo, as alianças e as articulações para entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra tornam-se mais cômicas.

É importante dizer que nos quinze anos em que Vargas esteve à frente do governo brasileiro, por mais que existisse um grupo que visasse ao desenvolvimento industrial da nação, o Brasil sempre esteve, no período aqui abordado, atado às produções agrárias. Historicamente analisando a economia nacional, tanto Furtado (1963), como Prado Jr. (1986) apontam os surtos de desenvolvimento pelos quais a indústria brasileira passa após uma crise no cenário mundial. Segundo esses historiadores, é possível dizer que a indústria brasileira é estimulada por conjunturas econômicas externas, sua posição na divisão mundial do trabalho é de um país primário exportador, e até o período Vargas essa posição parecia ser aceita sem resistência. No período em questão, o governo (principalmente após 1937) desenvolve mecanismos que auxiliam o desenvolvimento da indústria, porém, as medidas adotadas pelo Estado não ultrajavam o setor agroexportador e suas elites. O desfavorecimento das elites agrárias neste período, especialmente a cafeeira, deu-se mais por conta da situação em que o mercado internacional encontrava-se que por medidas de política interna. Era por meio do setor agroexportador que o Estado conseguia divisas para investir em estradas, ferrovias, máquinas, etc; não era prudente desprezar este setor, pois este era de fundamental importância para o projeto de industrialização (PRADO Jr, 1986; FURTADO, 1963).

O preço do café – até então produto de maior valia na economia nacional – depreciou cerca de 60% no mercado internacional (alcançando o cume em 1933), enquanto a taxa cambial nacional despencou cerca de 40%. Grandes consumidores, como os EUA, não deixaram de consumir o café brasileiro. Nos anos de depressão o consumo norte-americano de café manteve-se praticamente inalterado (FURTADO, 1963). O café vendido nos EUA era de fundamental importância para o país, pois, com as divisas captadas nestas barganhas, o Brasil importava produtos industrializados de potências europeias. Com o despencar do preço do café e a depreciação da moeda, as importações

nacionais foram gravemente lesadas, auxiliando ainda mais o desenvolvimento industrial (ALVES, 2002). Como diz PRADO JR:

O consumo do país sofria grande desfalque, o que naturalmente estimulará a produção interna. Apesar da crise e das dificuldades de toda ordem neste momento de subversão econômica internacional, veremos crescer a produção brasileira de consumo interno, tanto agrícola como industrial. Acentua-se assim novamente o processo de nacionalização da economia do país. A grave crise que sofria seu sistema tradicional de fornecedor de matérias-primas e gêneros tropicais, resultava no progresso de sua nova economia voltada para necessidades próprias. (PRADO JR, 1986, p. 292).

Ao analisarmos o conteúdo acima exposto, é possível constatar que economicamente o Brasil estava intimamente vinculado com os EUA. Tal constatação não quer dizer que o Brasil não exercesse comércio ascendente com a Alemanha, principal concorrente dos *yankees*. Muito pelo contrário, mesmo com uma débil moeda, os germânicos exerceram, na década de 1930, um progressivo comércio compensado com o Brasil, causando incômodo aos interesses norte-americanos (GAMBINI, 1979). O comércio teuto-tupiniquim alcançou seu apogeu no perpasso da terceira fase da Era Vargas, sendo gravemente lesado com o irromper da guerra na Europa e o cerco da marinha britânica (este cerco britânico, à frente receberá sua devida importância) (LUKACS, 1980).

O território alemão contava com poucas matérias-primas indispensáveis para atividades industriais e, defronte ao protecionismo reinante no globo, os germânicos possuíam necessidades de comércio urgentes. “A curto prazo, entretanto, o país necessitava desesperadamente do mercado internacional para vender seus produtos manufaturados e, principalmente, comprar matérias-primas” (ALVES, 2002, p. 49).

Para desenvolver um comércio viável com as frágeis economias dos países produtores de matéria-prima, e até mesmo por sua abatida moeda, os alemães desenvolveram o comércio compensado. O marco compensado (marco Askí) regulava as negociações dos países que exerciam atividades mercantis com a Alemanha, em outras palavras: um escambo de produtos sob um sistema de quotas. Este tipo de comércio agradava tanto aos países sul-americanos, dentre estes podemos destacar o Brasil, quanto os alemães, visto que estas bases comerciais garantiam aos alemães aquisição de matéria-prima, e, conseqüentemente, por conta de imposições dos alemães, o escoamento de suas produções (SEITENFUS, 2000).

Dois anos após a ascensão de Hitler ao poder, em 1936 a Alemanha rompe com o tratado de paz assinado ao final da Primeira Guerra e ressurgiu como uma potência militar (HOBSBAWM, 1995). A defesa nacional, na década de trinta, era um fator

importantíssimo, visto que a necessidade de matérias-primas e mercados sobrepujava quaisquer outras. Ao empregar medidas para modernização progressiva de suas forças armadas, a Alemanha aceitava negociar os armamentos ultrapassados que estavam sendo substituídos com países interessados, entre estes, destacava-se o Brasil (MOURA, 2012). Se analisarmos o projeto de desenvolvimento de Vargas, principalmente após 1937, quando os planos de modernização das forças armadas são evolutivos e mais evidentes, podemos entender por que o comércio entre Brasil e Alemanha alcançou seu apogeu da terceira fase a Era Vargas até o começo da segunda guerra mundial (GAMBINI, 1977).

De 1934 até o início da guerra na Europa, o comércio Brasil e Alemanha foi progressivo. Obviamente que os números do comércio Brasil e Alemanha neste período causavam danos aos ideais norte-americanos, porém tais conjunturas eram mais danosas aos planos que a cifras norte-americanas. Pois, com exceção do café e outros poucos produtos, o que os brasileiros comercializavam com os germânicos eram excedentes não absorvidos pelo mercado norte-americano, e as importações brasileiras dos alemães quase não faziam concorrência com os EUA (ALVES, 2002).

Em setembro, quando eclode a guerra na Europa, o Brasil era veementemente vinculado com a economia dos *yankees*. O comércio Brasil e Alemanha existiu nas datas precedentes ao conflito, a influencia alemã no Brasil prosseguiu, os imigrantes alemães formavam uma considerável camada da sociedade (no período em questão cerca de 40 milhões de pessoas habitavam o território brasileiro; destes, cerca de 900 mil eram descendentes ou imigrantes diretos da Alemanha); estes portavam mais relevância nos privilégios por Vargas reivindicados frente aos norte-americanos, elaborando políticas ambíguas, tardando seu completo alinhamento, usando como desculpa os germânicos ou descendentes de alemães que habitavam o sul do Brasil, dizendo que havia o perigo de insurreições no sul elaborada por estes (GAMBINI, 1977). Mas analisando as mais diversas bibliografias acima assinaladas, podemos dizer que a Alemanha não possuía capacidade econômica para absorver toda a produção brasileira, o que nos leva a entender por que o Brasil, por motivos econômicos, não se alinhou ao bloco do eixo, visto que os dois principais países do bloco, Alemanha e Itália, juntos, não possuíam a capacidade de consumir toda produção brasileira. Tendo os EUA como principal parceiro comercial brasileiro, podemos entender, pelo viés econômico, a posição do Brasil no conflito que se tornava cada vez mais encarniçado na Europa.

Várias foram as conferências no decorrer da década de 1930 entre as nações sul-americanas que visavam fazer das Américas uma grande zona de parceiros comerciais

(GAMBINI, 1979). Embora o alinhamento brasileiro possa ser entendido em termos econômicos, as conjunturas de uma guerra global também foram determinantes na tomada de posição do Brasil frente ao conflito (ALVES, 2002).

Quando o conflito começa no velho continente, os germânicos logo mostraram ao mundo sua avassaladora máquina de guerra, capaz de derrotar o exército francês em pouco tempo de conflito, priorizando sempre a *Blitzkrieg* (guerra relâmpago). Os blindados alemães, em conjunto com sua poderosa força aérea, forçaram, por meio da *Blitzkrieg*, a rendição francesa após seis semanas de conflito. É importante lembrar que a Itália entrou na guerra em julho de 1940; no momento, a França já estava praticamente liquidada e o Reino Unido não parecia sustentar-se na guerra por muito tempo (LUKACS, 1980). Tais circunstâncias causavam temor às autoridades Norte-americanas, pois estes começaram a investir vigorosamente em armamentos em 1941 (a aquisição de armamentos também era uma reivindicação do governo brasileiro para seu completo alinhamento com os EUA), e a Inglaterra, com seu cerco no atlântico, eram a única barreira que separava o continente americano de uma influência militar direta dos membros do Eixo.

A monstruosa força de guerra alemã pela terra e pelos céus fez com que o Reino Unido se dedicasse às estratégias marítimas, visto que a poderosa marinha imperial britânica, desde o século XIX, era destaque em todo o mundo. A Inglaterra elaborou um poderoso cerco no Atlântico, praticamente isolando, de um só golpe, a Alemanha do comércio com os países sul-americanos. Tal estratégia substancialmente cortou a aquisição de recursos alemães na América Latina, mas também auxiliou e muito os interesses norte-americanos, pois este último, além de ser o único com capacidade de absorção da produção sul-americana, eram também, com o empenho de guerra dos Estados-Nacionais na Europa, os únicos capazes de fornecer produtos industrializados para a necessidade sul-americana, e no caso deste trabalho, para as necessidades brasileiras. É importante lembrar que, em todo o perpasso da década de 1930, os EUA queriam além de direcionar para o norte das Américas a produção agrária brasileira, fazer também com que o mercado brasileiro fosse mais receptivo aos produtos norte-americanos, diminuindo o consumo dos países europeus e comprando cada vez mais dos EUA; com esta estratégia de guerra, grande parte dos interesses norte-americanos foram acatados.

A Segunda Guerra Mundial, segundo a perspectiva de alguns autores – pode-se destacar Alves Camilo, Eric Hobsbawm e John Lukacs, entre outros –, foi o primeiro

conflito de conjunturas globais, envolvendo direta ou indiretamente quase todos os países do globo (LUKACS, 1980). No período em questão, a neutralidade era rara, o mundo foi mobilizado para o conflito, os recursos eram visados como estratégicos para o triunfo no conflito. Dos países sul-americanos, o Brasil era visado por nações industrializadas décadas antes do conflito, justamente por sua larga capacidade produtiva de matéria-prima e seu capital demográfico (VIOTTI DA COSTA, 2010). Tanto os Aliados quanto o Eixo olhavam com bons olhos a grande capacidade produtiva brasileira, e fizeram diversas articulações para que o Brasil, ainda relutante por questões internas, tomasse sua posição no conflito. Quem tivesse um país rico como o Brasil ao seu lado, certamente estaria mais próximo da vitória no conflito.

O território brasileiro não se destacava apenas por seus recursos, mas também por sua posição no globo. Quando os alemães expunham ao mundo sua titânica força de guerra com uma vitória aparentemente encaminhada, os EUA temiam que estes tomassem posse de territórios franceses na América do Sul; rente a isso havia também o temor de que os germânicos, em aliança com o Brasil, adentrassem a região norte brasileira perto das regiões francesas, podendo facilmente atacar o canal do Panamá controlado pelos norte-americanos (neste período o discurso brasileiro era ambíguo). A geografia brasileira também recebeu atenção na medida que os EUA adentravam no conflito. Natal, no nordeste brasileiro, era um território estratégico, pois era de suma importância para enviar recursos materiais e humanos para o norte da África e em frentes próximos do Mediterrâneo, contraindo o custo da guerra para os *yankees* (ALVES, 2002).

O Brasil, no período da Segunda Grande Guerra, gozava de uma centralização política rigorosa, possibilitando que o governo vigente resistisse às investidas norte-americanas, balizando um leque maior de reivindicações perante as demais nações (no caso, Alemanha e Estados Unidos). O governo retardou seu alinhamento com os EUA, chegando até mesmo manifestar grande interesse pelas propostas dos alemães; dentre estas, destaca-se a proposta alemã de atender uma das principais reivindicações brasileira: a construção de uma siderúrgica nacional. Entre as reivindicações dos militares que escoravam governo o brasileiro, podemos destacar duas: a modernização dos equipamentos militares das forças armadas e a construção de uma siderúrgica nacional para um projeto de autossuficiência armamentista em tempos vindouros. Mesmo após discursos ambíguos de Vargas, em setembro de 1941 o governo norte-americano aceitou prestar auxílio técnico e financeiro para a construção da siderúrgica, lançando um crédito de 20 milhões de dólares, chegando tempos depois a 45 milhões, selando assim o auxílio

brasileiro ao pan-americanismo (MOURA, 2012). Nesta altura, os EUA empenhavam-se no fortalecimento de suas forças armadas e não reuniam condições para atender a outras exigências do governo brasileiro, como a aquisição de armamentos modernos para as forças armadas brasileiras (ALVES, 2002).

Para que o governo brasileiro – amparado por militares que desejam, como acima dito, veementemente melhores armamentos para as forças armadas – incorporasse a causa norte-americana, este primeiro fez enfáticas reivindicações frente ao segundo; porém, para os Estados Unidos, tornar o Brasil a principal potência militar da América do Sul por meio da construção da siderúrgica e do fornecimento de armas seria um pequeno preço a se pagar levando em conta as conjunturas belicosas do globo. Em janeiro de 1942, na conferência do Rio de Janeiro, Vargas fazia discursos de solidariedade à causa norte-americana, e em fevereiro/março ambos os governos elaboram novos acordos: do lado brasileiro, fazendo com que o Brasil se comprometesse ainda mais com a causa; do lado dos EUA, foram inicialmente lançados créditos de 100 milhões e posteriormente de 200 milhões para aquisição de material bélico no programa *Lend-Lease* (pegue pague) (ALVES, 2002). Além do comprometimento com a causa norte-americana, os países da América Latina deveriam fornecer produtos estratégicos para a construção bélica dos Estados Unidos e policiar seus territórios para denúncia de qualquer força pró-Eixo (MOURA, 2012).

Em 22 de agosto de 1942, após ter navios agredidos pelo Eixo, o Brasil entra definitivamente na guerra. O país já havia se comprometido com os aliados ao apoiar os EUA, mas, para compreender este evento, é preciso recuar um pouco.

Em 1941 a Alemanha deflagra beligerância contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), trazendo novamente aos alemães o espectro de uma guerra em dois fronts, ocidental e oriental, como na Primeira Grande Guerra (HOBSBAWM, 1995). As vitórias relâmpago dos alemães contra a França fizeram com que os germânicos adotassem a mesma estratégia de campo oriental contra os soviéticos. Porém, a estratégia germânica contra os soviéticos não obteve o mesmo êxito se comparada ao que ocorreu com os franceses; no front leste foram travadas, até o final da guerra, encarniçadas batalhas. Quando foi percebido pela alta cúpula germânica de planejamento de guerra que a Blitzkrieg seria falha no front oriental, logo se prepararam para uma longa e extenuante guerra contra o exército vermelho (LUKACS, 1980).

O front oriental tragou a maior quantidade de recursos humanos e técnicos dos alemães. Com o front teuto-soviético exigindo um esforço titânico, os germânicos tiveram

que desenvolver uma nova estratégia para as frentes ocidentais. A solução encontrada foi desenvolver ataques aos navios aliados no Atlântico, tentando isolar ao máximo possível a URSS, tanto em recursos bélicos como em informações (LUKACS, 1980).

Na guerra do Atlântico, os alemães só tinham vantagem com seus submarinos *U-boots*, pois os britânicos eram superiores em outras ferramentas de guerra marítima. O plano de guerra submarina dos alemães pode ser considerado como bem-sucedido, pois infindas de navios aliados foram afundados. Entre as três divisões do continente americano, as posições mais atacadas foram os mares do Norte, em segundo os mares da região do Caribe, e em terceiro os mares da América do Sul (LUKACS, 1980). Dado o sucesso da operação, o comandante da Kriegsmarine, senhor Karl Dönitz, ganhou prestígio e seria indicado pelo próprio Hitler como seu sucessor (ALVES, 2002).

Com o cerco britânico, formou-se uma zona de transição comercial entre os países das Américas, e os submarinos do Eixo trabalhavam dentro destas linhas. O principal alvo dos submarinos do Eixo era de fato o norte das Américas, visto que ali transitava o maior fluxo de recurso, da América do Sul e Central para América do norte, e desta última para o continente europeu; porém, a fragilidade naval em águas sul-americanas atraíram os submarinos alemães para este lado do continente. Navios brasileiros já haviam sido afundados na América do Norte, nos mares do Caribe, mas, em agosto, quando as operações alemãs alcançaram a costa brasileira, afundando um considerável número de navios mercantes, os ânimos da população e de grande parte das autoridades civis e militares do país ficaram acalorados (ALVES, 2002).

Para entender as amplas manifestações populares que aconteceram no Brasil para que este entrasse no conflito, é preciso entender os anos em que Vargas esteve no poder. Já foi dito acima que a crise de 1929 incitou governos centralizadores. Em 1942 (ano em que o Brasil deflagra beligerância contra Eixo) Vargas já havia alcançado pouco mais de uma década no poder, à frente de um governo com características totalitárias, que exaltava desfiles cívicos, que exerceu reformas escolares voltadas para propagar o nacionalismo, vultosas propagandas, o DIP, entre outras medidas voltadas para inflamação das massas por meio do nacionalismo exacerbado, característico do período. Nesta altura, pode-se concluir que a Era Vargas potencializou o patriotismo já existente em uma camada da sociedade e formou este mesmo sentimento em outras. Partindo de tais suposições, pode-se obter uma visão mais cândida das vastas manifestações que pipocaram em diversos centros urbanos clamando para que o Brasil tomasse uma posição mais viril em resposta

aos ocorridos, ou seja, para que o Brasil entrasse definitivamente no conflito (SANTOS, 2006).

O governo brasileiro já havia se comprometido com a causa norte-americana, cortando relações com o Eixo, e após as primeiras agressões aos navios brasileiros em fevereiro de 1942, as forças armadas do país já se preparavam para enfrentar os submarinos do eixo na costa nacional. Ou seja, a relação entre Brasil e Eixo, após fevereiro, já apresentava sintomas de beligerância, e 22 de agosto de 1942 apenas formalizou e reforçou o que já vinha acontecendo. Considerando o governo nacionalista que regia o Brasil do período em questão, as condições, após 1939, uma declaração de guerra reagindo a tais agressões, pareciam, como diz Alves, “acontecimento provável e até natural de suceder” (2002, p. 184).

Considerações finais

O governo Vargas edificou sua base em duas camadas distintas da sociedade brasileira: as velhas elites agrárias e as novas classes que visavam ao desenvolvimento industrial e entre esta também os militares, que visavam melhorar os equipamentos bélicos do país. Já as relações externas contaram com projetos de duas potências industriais: Estados Unidos e Alemanha, uma com um projeto a longo prazo e outra com projetos de curta duração.

Por mais próximo que o governo Vargas tenha chegado da Alemanha, por mais que tenha tomado medidas que colaboraram para eclosão de indústrias, o Brasil nunca chegou perto de sair da condição de um país satélite, um país primário exportador. O país dependia do setor primário exportador para investir nos projetos de industrialização, e como a maioria da produção brasileira era direcionada para o único país com condições de absorvê-la, pode-se dizer que o Brasil esteve atrelado à economia norte-americana em todos os períodos abordados neste estudo, colaborando para entendermos, em termos econômicos, a dificuldade de um alinhamento com os alemães.

A entrada brasileira no conflito pode ser entendida pelo viés econômico, como acima dito, mas também pelas conjunturas de uma guerra global. Na condição de guerra global as relações ficaram delicadas, a Segunda Guerra Mundial envolveu todo o globo. A América Latina compunha o grupo que auxiliaria os EUA em seu esforço de defesa e posteriormente de guerra, e o Brasil possuía singular importância tanto na defesa do hemisfério americano, como na posição de fornecedor de materiais estratégicos para a indústria bélica norte-americana. Sabendo da importância brasileira para os planos dos Estados Unidos, Vargas retarda seu completo alinhamento com os norte-americanos para

que estes atendam os interesses dos grupos internos que sustentam o governo. O governo Vargas obteve a centralização política necessária para suportar e exercer pressões ao governo norte-americano, e este último cedeu às exigências brasileiras, pois o preço a ser pago era pequeno defronte às condições em que o globo se encontrava.

A mudança de estratégia alemã, por conta do front leste, trouxe submarinos do Eixo para as águas latino-americanas, levando a pique várias embarcações brasileiras. Este ato desencadeou vultosas manifestações populares no Brasil, que também podem ser analisadas como resultado de um longo período de um governo fomentador do patriotismo. Com base no que foi dito acima e na bibliografia presente em todo o trabalho, pode-se concluir que a deflagração de beligerância brasileira deu-se por conta da cisão das relações com o Eixo e o estrito alinhamento com o esforço de guerra norte-americano.

ABSTRACT

This article aims to analyze, in a concise manner, the internal and external political and economic relations of the Vargas Era. Based on these analyses, this work aims to understand the Brazilian economic and political relations of import and export policies, focusing mainly on countries such as the United States of America and Germany. The analysis in this study intends to understand the alignment between Brazil and the United States in times of total war, and how economic, political and global conflicts directed the Brazilian alliance with the Allies, culminating in Brazil's definitive entry into the conflict.

KEY WORDS

Brazil. Diplomatic relations. Second World War.

Referências

ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9 ed.. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FURTADO, Celso Monteiro. **Formação econômica do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

GAMBINI, Roberto. **O duplo Jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: Símbolo, 1977.

HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. 1925. In: www.InLivros.net

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. 19 ed.. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LUKACS, John. **A última guerra europeia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil: 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG, 2012.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na segunda guerra mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. 7 ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THOMPSON, David. **Pequena História do Mundo Contemporâneo: 1914-1961**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Teses e Artigos

MESPLÉ, Antônio de Moraes. **A Política Externa Brasileira numa era de Conflito pela Hegemonia Mundial**. Brasília, **Cadernos do IPRI**, n.2, 1989.

FERRAZ, Francisco César Alves. **As Guerras Mundiais e seus veteranos: uma abordagem comparativa**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 463486 – 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 346 f. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP para a obtenção do título de Doutor em História Econômica

São Paulo.

OLIVEIRA, Jônatan Coutinho da Silva de. **Oswaldo Aranha e a política externa de Getúlio Vargas (1934-1944)**. In: XIV Encontro Regional da ANPUH- RIO; Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. Unirio.

OLIVEIRA ROSA, Lilian Rodrigues de. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: Estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. 2011. 289 f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, Franca.

SANTOS, Luciana Ibarra dos. **Há algo de novo no front: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. 2006. 170f. Monografia (Programa de Pós-Graduação - Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ALVES, Vágner Camilo. **Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Artigo, Rev. Bras. Polít. Int. 48 (1): 151-177 [2005].